

## LEI N°. 268, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Município de Pinto Bandeira a Firmar Termo de Convênio com o Município de Nova Prata para Contratação de Consultas e Cirurgias de Facoemulsificação na Área de Oftalmologia e dá Outras Providências.

## O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com os Município de Nova Prata, objetivando a mútua colaboração entre os partícipes para o repasse de cofinanciamento ao HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, para contratação de consultas e cirurgias na área de Oftalmologia.

Parágrafo Único: O Convênio de que trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA, aos onze dias do mês de

setembro de 2017.

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Em 11/09/2017

JOSANA LORENZATTI DURANTI Procuradora-Geral do Município



### TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE NOVA PRATA e os MUNICIPIOS DE BOA VISTA DO SUL, CARLOS BARBOSA, CORONEL PILAR, COTIPORÃ, FAGUNDES VARELA, GARIBALDI, GUABIJU, GUAPORÉ, MONTE BELO DO SUL, NOVA ARAÇÁ, NOVA BASSANO, PARAÍ, PINTO BANDEIRA, PROTÁSIO ALVES, SANTA TEREZA, SÃO JORGE, UNIÃO DA SERRA, VERANÓPOLIS, VILA FLORES e VISTA ALEGRE DO PRATA, para contratação de consultas e cirurgias de facoemulsificação na área de Oftalmologia.

### DOS PARTÍCIPES

### MUNICÍPIO CONVENIADO:

MUNICÍPIO DE NOVA PRATA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Fernando Luzatto, nº 158, na cidade de Nova Prata, RS, inscrito no CNPJ sob o nº de 91.618.439/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o nº de 91.618.439/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Volnei Minozzo, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 721.527.530-20, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE NOVA PRATA.

### **MUNICÍPIOS CONVENENTES:**

MUNICIPIO DE BOA VISTA DO SUL, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Emancipação, n° 2470, na cidade de Boa Vista do Sul, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 01.602.022/0001-94, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Aloísio Rissi, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF Prefeito Municipal Sr. Aloísio Rissi, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n° 424.960.710-00, residente e domiciliado na cidade de Boa Vista do Sul, doravante denominado MUNICIPIO DE BOA VISTA DO SUL;

**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Assis Brasil, n° 11, na cidade de Carlos Barbosa, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 88.587.183/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Evandro Zibetti, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n°



515.740.200-72, residente e domiciliado na cidade de Carlos Barbosa, doravante denominado MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA;

MUNICIPIO DE CORONEL PILAR, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Avenida 25 de Julho, n° 538, na cidade de Coronel Pilar, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 04.215.013/0001-39, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Adelar Loch, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o n° Prefeito Municipal Sr. Adelar Loch, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o n° 196.249.640-68, residente e domiciliado na cidade de Coronel Pilar, doravante denominado MUNICIPIO DE GARIBALDI;

MUNICIPIO DE COTIPORÃ, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Silveira Martins, n° 163, na cidade de Cotiporã, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 90.898.487/0001-64, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Carlos Breda, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 218.555.950-87, residente e domiciliado na cidade de Cotiporã, doravante denominado MUNICIPIO DE COTIPORÃ;

MUNICIPIO DE FAGUNDES VARELA, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Avenida Alfredo Reali, n° 300, na cidade de Fagundes Varela, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.566.893/0001-92, neste ato representado pelo seu Prefeita Municipal Sra. Claudia Moreschi Tomé, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o n° 645.335.220-68, residente e domiciliada na cidade de Fagundes Varela, doravante denominado MUNICIPIO DE FAGUNDES VARELA;

**MUNICIPIO DE GARIBALDI**, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Júlio de Castilhos, n° 254, na cidade de Garibaldi, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 88.594.999/0001-95, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Antonio Cettolin, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 374.409.000-06, residente e domiciliado na cidade de Garibaldi, doravante denominado **MUNICIPIO DE GARIBALDI**;

MUNICÍPIO DE GUABIJU, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Jose Bonifácio nº 816, na cidade de Guabiju, RS, inscrito no CNPJ sob o nº de 91.566.844/0001-50, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Diego Vendramin, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 922.257.560-15, residente e domiciliado na cidade de Paraí, doravante denominado MUNICIPIO DE GUABIJU;



MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Silvio Sanson n° 1135, na cidade de Guaporé, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 87.862.397/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Valdir Carlos Fabris, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 060.291.160-53, residente e domiciliado na cidade de Guaporé, doravante denominado MUNICIPIO DE GUAPORÉ;

MUNICÍPIO DE MONTE BELO DO SUL, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Sagrada Família n° 533, na cidade de Monte Belo do Sul, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.987.669/0001-74, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Ademir José Dallé, brasileiro, casado, rescrito no CPF sob o n° 440.786.760-49 residente e domiciliado na cidade de Monte Belo do Sul, doravante denominado MUNICIPIO DE MONTE BELO DO SUL;

**MUNICIPIO DE NOVA ARAÇÁ**, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Alexandre Gazzoni, n° 200, na cidade de Nova Araçá, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 87.502.902./0001-04, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Sotili, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 496.922.590-72, residente e domiciliado na cidade de Nova Araçá, doravante denominado **MUNICIPIO DE NOVA ARAÇÁ**;

**MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Silva Jardim n° 505, na cidade de Nova Bassano, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 87.502.894/0001-04, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.Ivaldo Dalla Costa, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 098.095.380-49, residente e domiciliado na cidade de Nova Bassano, doravante denominado **MUNICIPIO DE NOVA BASSANO**;

**MUNICÍPIO DE PARAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Presidente Castelo Branco, n° 1033, na cidade de Paraí, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 87.502.886/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o n° de 87.502.886/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o n° 286.986.730-15, Sr. Oscar Dall'Agnol, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 286.986.730-15, residente e domiciliado na cidade de Paraí, doravante denominado **MUNICÍPIO DE PARAÍ**;

**MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, n° 689, na cidade de Pinto Bandeira, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 04.213.671/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Hodair Ferrari, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n°



312.089.670-53, residente e domiciliado na cidade de Pinto Bandeira, doravante denominado MUNICÍPIO DE PINTO BANDEIRA;

MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua do Poço n° 488, na cidade de Protásio Alves, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.566.885/001-46, neste ato representado pelo Prefeito Sr. José Maximino Spanhol, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° Prefeito Sr. José Maximino Spanhol, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 452.394.281-15, residente e domiciliado na cidade de Protásio Alves, doravante denominado MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES;

**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Itália, n° 474, na cidade de Santa Tereza, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.987.719/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o n° de 91.987.719/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o n° 503.047.470-68, residente e Sr. Gilnei Fior, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 503.047.470-68, residente e domiciliado na cidade de Santa Tereza, doravante denominado **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA**;

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Daltro Filho, n° 901, na cidade de São Jorge, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.566.851/0001-51, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Jorge Pivotto, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 311.998.280-68, residente e domiciliado na cidade de São Jorge, doravante denominado MUNICÍPIO DE SÃO JORGE;

MUNICÍPIO DE UNIÃO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Moreira César, n° 707, na cidade de União da Serra, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 92.902.154/0001-97, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Leo Pavio Cendron, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° pelo Prefeito Sr. Leo Pavio Cendron, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 245.591.800-91, residente e domiciliado na cidade de União da Serra, doravante denominado MUNICÍPIO DE UNIÃO DA SERRA;

MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Alfredo Chaves, n° 366, na cidade de Veranópolis, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 98.671.597/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o n° de 98.671.597/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito inscrito no CNPJ sob o n° 217.813.700-87, Sr. Waldemar De Carli, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 217.813.700-87, residente e domiciliado na cidade de Veranópolis, doravante denominado MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS;



MUNICÍPIO DE VILA FLORES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Fabiano Ferreto, nº 200, na cidade de Vila Flores, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.566.869/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Vilmor Carbonera, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 311.964.620-20, residente e domiciliado na cidade de Vila Flores, doravante denominado MUNICÍPIO DE VILA FLORES; e

MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA, pessoa jurídica de direito publico, com sede administrativa na Rua Flores da Cunha nº 102, na cidade de Vista Alegre do Prata, RS, inscrito no CNPJ sob o n° de 91.566.877/0001-08, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Adair Zecca, brasileiro, separado, inscrito no CPF sob o n° 697.780.510-20, residente e domiciliado na cidade de Vista Alegre do Prata, doravante denominado MUNICIPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA

#### INTERVENIENTE:

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, com sede na Av. Cônego Peres, nº 765, Bairro Centro, Nova Prata/RS, CEP 95.320-000, inscrito no CNPJ sob o n° 91.616.805/0001-10, representada por seu Presidente, Sr. Fernando Lenzi da Silva, CI 7032861218, CPF sob n° 451.426.370-20, doravante denominado HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA.

As partes acima mencionadas celebram o presente Convênio com fundamento nas respectivas Leis Municipais e na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente Convênio é a mútua colaboração entre os partícipes para a contratação de consultas e cirurgias de facoemulsificação na área de Oftalmologia.

## CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações das Partes

Para o êxito do presente Convênio, cada partícipe comprometer-se-á nos termos a seguir propostos:

## 1- O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA se compromete:



- a) Celebrar contrato com o HOSPITAL para estabelecer as bases de relação entre os Municípios e o mesmo, integrando-o ao Sistema Único de Saúde - SUS, e definindo a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde hospitalares e ambulatoriais, em caráter eletivo, visando à garantia de atenção integral à saúde nas áreas clínicas e cirúrgicas contratadas, dentro do limite de sua capacidade instalada e pactuada à saúde dos usuários do SUS que deles necessitem;
- b) Repassar, mensalmente, até o 5° (quinto) dia útil de cada mês, ao HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, os valores repassados pelos municípios de Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata, a título de contratação de consultas e cirurgias de facoemulsificação na área de
  - c) Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do Convênio, a fim de que seja
  - d) Fiscalizar a utilização dos recursos destinados ao HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA;
  - e) Acompanhar e avaliar a execução deste Convênio, através da equipe de Auditoria de Nova Prata;

## 2- OS MUNICIPIOS CONVENENTES se comprometem:

a) Repassar, mensalmente, até o 5° (quinto) dia útil de cada mês, ao MUNICIPIO DE NOVA PRATA, os valores indicados na tabela abaixo, conforme apresentação da produção do Serviço de Oftalmologia que deverá ocorrer até o 3º (terceiro) dia útil de

produção do Serviço de Ottamores		
	R\$	10,00
Especializada Etti Ottaitiologia	R\$	643,00
	R\$	24,20
Litrassonografia De Globo Oculai / Olbita (money)	R\$	24,24
Piometria I Iltrassônica (Monoculai)	R\$	12,34
D - Fundo De (1100)	R\$	40,00
Biomicroscopia De Fundo De Cino Campimetria Computadorizada Ou Manual Com Gráfico	R\$	3,37
Ceratometria	R\$	6,74
Caninecania	R\$	24,24
Maneamento De Retina Com Grafico	R\$	24,24
Microscopia Especular De Cornea	R\$	3,37
Rotencial De Acuidade Visual	R\$	24,68
Retinografia Colorida Binocular	R\$	3,37
Tenemotria	R\$	24,24
Topografia Computadorizada De Cornea	R\$	14,81
Paquimetria Ultrassônica		



ESTADO DO RIO GRANDE	
Sant Co. 1 V. Co.	R\$ 12,34
	R\$ 12,34
	R\$ 3,37
Teste Ortóptico	NO DE
De Vicão De Cores	WINICIPIO DE
Teste Ortoptico  Teste De Visão De Cores  Teste De Visão De Cores  Amente, até o 5° (quinto) dia útil de cada mês, a	lomento nor

b) Repassar, mensalmente, até o 5° (quinto) dia útil de cada mês, ao MUNICIPIO DE NOVA PRATA, a importância de R\$800,00 (oitocentos reais) como complemento por cirurgia de facoemulsificação (catarata) realizada.

Obs.: A falta do repasse de qualquer um dos Municípios convenentes, até o 5º dia útil de cada mês acarretará multa de 2% do valor devido, sendo o mesmo repassado ao Hospital São João Batista, e a suspensão da agenda de cirurgias de Facoemulsificação (catarata), sendo retomada após confirmação da quitação total do repasse devido.

c) Os MUNICÍPIOS devem sinalizar para a Secretaria de Saúde de Nova Prata quando do interesse em realizar <u>cirurgia de Facoemulsificação (catarata), bem como as consultas e as quantidade</u> para a elaboração da agenda, em função da capacidade de atendimento mensal do Serviço de Oftalmologia.

# CLÁUSULA TERCEIRA - Da Interrupção do Repasse de Recursos

O não cumprimento dos compromissos assumidos pelo HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA na Contratualização firmada com o MUNICIPIO DE NOVA PRATA acarretará na interrupção, pelos MUNICÍPIOS CONVENENTES, do repasse de recursos ao MUNICIPIO DE NOVA PRATA.

### CLÁUSULA QUARTA - Da Fiscalização

Os **MUNICÍPIOS** decidirão conjunto ou separadamente, sobre a oportunidade e a conveniência de proceder à fiscalização quanto à execução do presente Convênio.

## CLÁUSULA QUINTA - Da Denúncia e da Rescisão

O presente Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplindo por descumprimento das normas estabelecidas ou condições ou pela superveniência de norma de qualquer uma das suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

## CLÁUSULA SEXTA - Da Fundamentação Legal



O Presente Convênio reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e é celebrado em conformidade com autorizações contidas nas Leis Municipais específicas.

### CLÁUSULA SÉTIMA - Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência do presente Convênio é de 1º de abril à 31 de dezembro de 2017, podendo, em acordo expresso, ser prorrogado por Termo Aditivo.

### CLÁUSULA OITAVA - Das Alterações

O presente Convênio poderá ter suas Cláusulas alteradas, mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

## CLÁUSULA NONA - Das Dotações Orçamentárias

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta de dotações específicas dos orçamentos em execução, dos **MUNICIPIOS CONVENENTES**.

### CLÁUSULA DÉCIMA - Das Disposições Gerais

Além das disposições anteriores, devem ser seguidas as seguintes estipulações:

- estipulações:

  a) Os partícipes agirão solidariamente para viabilização desse Convênio, face o superior interesse público:
- b) O presente Termo de Convênio tem seu respaldo fundamentado na finalidade específica na consecução do objetivo pactuado, regendo-se pelas cláusulas mencionadas neste instrumento, definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades dos partícipes até seu efetivo termo;

## CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - Do Interveniente

O Hospital São João Batista, como interveniente, anui e concorda com todas as cláusulas e disposições do presente instrumento.

### CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Do Foro



Eventuais litígios, resultantes da aplicação das disposições deste Convênio, serão dirimidos perante o Foro da Comarca de Nova Prata, RS, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por haverem assim acordado, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumprilas, pelo que assinam o presente Convênio.

Nova Prata, 13 de junho de 2017.

VOLNEI MINOZZO	ALOÍSIO RISSI	EVANDRO ZIBETTI
NOVA PRATA B	OA VISTA DO SUL	CARLOS BARBOSA
ADELAR LOCH CORONEL PILAR	IOSÉ CARLOS BREDA COTIPORÃ	ANTONIO CETTOLIN GARIBALDI
VALDIR CARLOS FABRIS	ADEMIR JOSÉ DALLÉ	PEDRO SOTILI
GUAPORÉ	MONTE BELO DO SUL	NOVA ARAÇÁ
IVALDO DALLA COSTA	OSCAR DALL'AGNOL	HADAIR FERRARI
NOVA BASSANO	PARAÍ	PINTO BANDEIRA
JOSÉ MAXIMINO SPANHOL	GILNEI FIOR	JORGE PIVOTTO
PROTÁSIO ALVES	SANTA TEREZA	SÃO JORGE
LEO PAVIO CENDRON	WALDEMAR DE CARLI	VILMOR CARBONERA
UNIÃO DA SERRA	VERANÓPOLIS	VILA FLORES
ADAIR ZECCA	CLAUDIA MORESCHI TOMÉ	DIEGO VENDRAMIN
VISTA ALEGRE DO PRATA	FAGUNDES VARELA	GUABIJU

